



Formação superior para docentes indígenas no Acre: Do sonho à realidade

*Higher education for indigenous teachers in Acre:
From dream to reality*

*Formación superior para profesores indígenas en Acre:
Del sueño a la realidad*

José Alessandro Cândido da Silva¹
Universidade Federal do Acre (UFAC)

Adevânia da Silva Gomes²
Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO

Este estudo tem como foco o Curso de Licenciatura Indígena da Universidade Federal do Acre - UFAC. Objetiva refletir sobre a importância, o papel e os desafios do ensino superior para indígenas na região mais ocidental do Brasil. O estudo tem caráter qualitativo, com método de abordagem dialético e procedimento histórico. O levantamento de informações documentais deu-se a partir do primeiro e segundo Projeto Político Pedagógico. O arrolamento documental e sua análise tiveram como finalidade obter informações necessárias sobre sua institucionalização à luz da legislação sobre Educação Escolar Indígena. Paralelamente, realizamos entrevistas abertas nas quais enfocamos os pontos principais que pretendíamos investigar. Elas foram realizadas em momentos e lugares distintos, tanto na fase presencial, como junto às comunidades indígenas visitadas por ocasião da fase intermediária. Verificamos como resultado, que o curso representa uma experiência e possibilidade de ampliação da capacidade de organização da educação e do ensino, bem como, a garantia de um processo de valorização da cultura tradicional, através da construção de um currículo baseado na interlocução entre os conhecimentos científicos e as necessidades daquelas comunidades. Concluímos, que a partir de elementos históricos e controversos sobre a Licenciatura Indígena da UFAC, ainda que consideremos as dificuldades e desafios, ela constitui a realização de um sonho para professores indígenas da região, sendo a única e específica porta de acesso ao ensino superior público no estado, que oferece formação aos docentes indígenas acreanos, bem como possibilita conhecermos com mais profundidade os processos vivenciados pelos vários sujeitos envolvidos no fazer cotidiano desse curso.

Palavras-chave: Formação; Professores; Indígenas; Acre.

ABSTRACT

¹Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2015). Professor adjunto e vice-coordenador do Curso de Licenciatura Indígena (CLI) da Universidade Federal do Acre (UFAC) - Campus Floresta. Coordenador do Estágio Supervisionado do CLI na UFAC. <https://orcid.org/0000-0002-5230-0449>. Endereço institucional: Universidade Federal do Acre – Campus Floresta, Cruzeiro do Sul - Acre E-mail: alessandroczs@bol.com.br

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Federal do Acre – UFAC. Graduada em Pedagogia (UFAC) e Especialista Gestão Escolar. <https://orcid.org/0000-0001-6713-2671>. Professora da rede estadual de ensino do município de Guajará /Amazonas. E-mail: adevania_czs@hotmail.com



This study focuses on the Indigenous Licentiate Course at the Federal University of Acre - UFAC. It aims to reflect on the importance, role and challenges of higher education for indigenous people in the most western region of Brazil. The study has a qualitative character, with a dialectical approach method and historical procedure. The gathering of documentary information took place from the first and second Political Pedagogical Project. The documentary listing and its analysis aimed to obtain necessary information about its institutionalization in the light of the legislation on Indigenous School Education. In parallel, we conducted open interviews in which we focused on the main points that we intended to investigate. They were held at different times and places, both in the face-to-face phase and with the indigenous communities visited during the intermediate phase. As a result, we verified that the course represents an experience and the possibility of expanding the capacity for organizing education and teaching, as well as guaranteeing a process of valuing traditional culture, through the construction of a curriculum based on the interlocution between knowledge and the needs of those communities. We conclude that, based on historical and controversial elements about the UFAC Indigenous Degree, even though we consider the difficulties and challenges, it constitutes the realization of a dream for indigenous teachers in the region, being the only and specific door of access to public higher education in the state, which offers training to indigenous teachers from Acre, as well as making it possible to get to know more deeply the processes experienced by the various subjects involved in the daily activities of this course.

Key words: Formation; Teachers; Indigenous people; Acre.

RESUMEN

Este estudio se centra en el Curso de Licenciatura Indígena de la Universidad Federal de Acre - UFAC. Tiene como objetivo reflexionar sobre la importancia, el papel y los desafíos de la educación superior para los pueblos indígenas de la región más occidental de Brasil. El estudio tiene un carácter cualitativo, con un método de aproximación dialéctica y un procedimiento histórico. El copio de informacional documental se levo a cabo de primer y segundo Provento Político Pedagógico. El listado documental y só análisis turvo como objetivo obtmpera la informacional necessária sobre só institucionalização a la luz de la legislación sobre Educacional Escolar Indígena. Paralelamente, realizamos entrevistas abertas em las que nos centramos em los principal es puntos que pretendíamos investigar. Se llevaron a cabo em diferentes momentos y lugares, tanto em la fase presencial como com las comunidades indígenas visitadas durante la fase intermedia. Como resultado, comprobamos que ele curso representa una experiencia y la posibilidad de ampliar la capacidad de organización de la educacional y la docencia, así como garantizar um proceso de valoración de la cultura tradicional, a través de la construcción de um currículo basado em la interlocución de saberes. y las necesidades de esas comunidades. Concluimos que, a partir de elementos históricos y controvertidos sobre ele Grado Indígena UFAC, si bien consideramos las dificultades y desafíos, constituye la realización de um sueño para los docentes indígenas de la region., siendo la única y específica puerta de acceso a la educacional superior pública. em ele estado, que ofrece capacitación a maestros indígenas de Acre, además de permitir conocer más profundamente los procesos vividos por los distintos sujetos involucrados em las actividades cotidianas de este curso.

Palabras clave: Formación; Maestros; Pueblos indígenas; Acre.

Introdução

As populações indígenas do Acre há muito vêm buscando concretizar o direito a educação diferenciada, uma vez que perceberam nela um potencial para fortalecer suas culturas, modificadas e reconstruídas diante de séculos de imposição da cultura hegemônica eurocêntrica. Mas como interagir com diversos conhecimentos nesse contato com outras



sociedades e garantir a preservação de suas identidades? Essa é uma questão cuja resposta é complexa, mas que, aos poucos, vem ensaiando processos inovadores para resolvê-la.

Neste sentido, não são poucas as sintonias existentes entre o “sonho para frente” e o “ainda não” de que fala Ernest Bloch em *Espírito da Utopia*, citado por Semeraro (2009, p. 200) e o “inédito viável” de Paulo Freire (1979), que combina a consciência da realidade com a paixão política e o sonho pedagógico dos oprimidos.

As propostas de cursos superiores para indígenas englobam realidades distintas em andamento/experimentação no Brasil, as quais vêm buscando consolidação. Elas agregam desde as políticas de cotas até a criação de cursos específicos para os segmentos indígenas, voltados em especial para as licenciaturas, objetivando a formação de professores, ou a exemplo de uma educação básica diferenciada, abrir os espaços acadêmicos para a presença, não apenas física de alunos indígenas, mas reconhecendo tratar-se de povos que buscam um diálogo intercultural.

A criação de um curso superior para indígenas na região mais ocidental do país representa uma experiência e possibilidade de ampliação da capacidade de organização de suas comunidades para a educação e o ensino, bem como, a garantia de um processo de valorização da cultura tradicional, através da construção de um currículo baseado na interlocução entre os saberes científicos e as necessidades daquelas comunidades.

Dentro desse contexto apresentamos neste texto elementos históricos e controvertidos sobre o curso superior indígena do *Campus Floresta-UFAC*, suas dificuldades e desafios, que constituiu um trabalho diligente nos possibilitando conhecer com mais profundidade os processos vivenciados pelos vários sujeitos envolvidos no fazer cotidiano desse curso.

As principais fontes de informações deste estudo foram os dois primeiros documentos de referência do Projeto Político Pedagógico do Curso - PPP. O arrolamento documental e sua análise tiveram como finalidade obter informações necessárias sobre a institucionalização do curso. Paralelamente, realizamos entrevistas abertas nas quais enfocamos os pontos principais que pretendíamos investigar. As entrevistas foram realizadas em momentos e lugares distintos, tanto na fase presencial como junto às comunidades indígenas visitadas por ocasião da fase intermediária, ambos os momentos formativos do curso.

1. Movimentos em prol de uma educação superior indígena

Em nosso país, o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/01, promulgado em janeiro de 2001, já trazia explícito a necessidade dos cursos de licenciatura indígena em decorrência da necessidade de formação em nível superior dos professores indígenas, conforme prescreve tal legislação, como requisito para lecionar.

De modo preliminar, as discussões e iniciativas a cerca da necessidade de formação docente de indígenas se iniciaram nas regiões norte e centro-oeste do Brasil, como fruto de reivindicações do movimento indígena e de instituições da sociedade civil e outras organizações. E nesse movimento, o Acre já se apresentava com as demandas de formação docente indígena.

O acesso ao ensino superior começou a fazer parte das pautas de discussão e reivindicação do movimento indígena no Brasil desde a década de 80, como foi o caso, na região norte, do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM) e do Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM). Nesse contexto, uma iniciativa pioneira foi realizada pela Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), quando em 2001 iniciou o Projeto de Curso de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas, resultado de discussões iniciadas no ano de 1997 envolvendo vários segmentos da sociedade civil, representantes indígenas e órgãos governamentais e não governamentais. Em julho de 2006, a UNEMAT formou a primeira turma de professores indígenas em Curso de Licenciatura Específica. Recentemente, outras universidades brasileiras têm protagonizado ações neste sentido, como a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Roraima, entre outras. O Acre também foi um dos estados precursores em educação escolar indígena, com escolas criadas e coordenadas por professores índios em suas comunidades, com autonomia pedagógica e administrativa. Parafreando o Projeto Político Pedagógico (2008) do curso, no estado do Acre destacaram-se três instituições, governamentais e não governamentais: Comissão Pró-Índio -CPI, Organização de Professores Indígenas do Acre - OPIAC e Secretaria de Estado de Educação - SEE (SILVA, 2013, p. 78-79).

Entre os anos de 2003 e 2004, a Secretaria Estadual de Educação e as instituições não governamentais – CPI/AC e OPIAC – iniciaram mais incisivamente um processo em defesa da educação continuada para os professores e lideranças indígenas do estado; desta luta foi elaborada em 2004 o “Projeto de Formação Universitária para Educadores Indígenas”, com uma proposta de ensino superior diferenciado que fazia parte da política de resgate da identidade sociocultural demandada por esses povos. Em seu texto de abertura, o documento assim expressava:



A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e a Comissão Pró-Índio apresentam o projeto de um curso que deverá constituir na experiência de criação e implementação de um ensino superior específico e diferenciado para a formação de indígenas educadores, agentes capazes de elaborar, gerir e conferir sustentabilidade aos projetos de futuro de suas comunidades, situadas na região Amazônica. As comunidades indígenas da Amazônia, e em especial do Acre, pretendem antes, uma legitimação de suas experiências positivas, acumuladas na formação, até agora em nível médio dos professores e agentes agroflorestais. Tem se desenvolvido no Acre um ensino indígena que imprime as marcas das diferentes tradições étnicas nos seus métodos pedagógicos (Experiência de autoria). Mas, esse ensino diferenciado necessita dos instrumentos reflexivos e críticos que a formação universitária poderá conferir. A experiência de um pensamento autônomo deve contribuir para que a região Amazônica encontre os caminhos de um saber que a preserve do empobrecimento, da exploração inadequada de seus recursos, de uma possível extinção de sua biodiversidade. A importância de trazer para o diálogo, representantes das comunidades indígenas tem mobilizado ações governamentais importantes. O MEC solicitou às universidades em 2004 a apresentação de propostas de ensino superior para os professores indígenas. A FUNAI disponibilizou recursos para programas de inclusão dos indígenas na educação universitária. [...] A formação e titulação que se pretende com este projeto objetivam criar condições, através do fortalecimento cultural, para o fortalecimento das diferentes comunidades indígenas, na construção de sua educação escolar e sustentabilidade econômica. A criação do curso superior para professores indígenas, caminho da diferença e da autonomia gerencial de seus projetos comunitários, contribuirá para que os povos indígenas conquistem o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões, direito garantido por lei (OPIAC, 2004, p. 1).

Numerosos debates e discussões sobre a questão da formação superior indígena foram empreendidos abrindo caminho para a implantação do curso de ensino superior como o que acontecia na Universidade do Mato Grosso – UNEMAT, referido anteriormente. Em Rio Branco, dois seminários foram realizados pela OPIAC e pela CPI/AC e foram nesses fóruns que se formularam os pressupostos teóricos e as diretrizes deste projeto. Os seus princípios fundamentos estavam assim definidos:

Educação diferenciada e específica; intercultural e bilíngue; aprendizagem fundada em princípio contínuo e global que avança em função das experiências vivenciadas pelas comunidades e seus sujeitos baseando-se nos conhecimentos tradicionais e tendo as práticas tradutórias como pressuposto metodológico; e experiência escolar como tempo de vivência cultural e espaço de produção coletiva (OPIAC, 2004, p. 3).

Uma análise pormenorizada da organização e da estrutura que se formava com essa proposta, demonstrou que estavam lançadas as sementes de um curso superior indígena pensado por organizações que tinham a mesma identidade. A questão problema era: que

instituição de ensino superior participou da construção dessa proposição? Ora, a aprovação pela UFAC da proposição do curso nesses moldes não encontrou sucesso e um dos pontos cruciais que contribuiu para tal desfecho fora a ausência de participação da instituição superior no processo de reflexão e formulação da referida proposta.

2. O papel da UFAC na definição da graduação indígena

A Universidade Federal do Acre, por seu turno, deseja protagonizar esse processo, também se articulou na tentativa de conceber seu projeto de educação superior indígena. Apresentou uma proposta, fruto da ação conjunta com parte do movimento indígena, decorrente do processo de relações interinstitucionais que estabeleceu por intermédio do Centro de Antropologia Indígena da Amazônia Ocidental - CAINAM. Naquele momento histórico, diante das demandas recentes do movimento indígena, a formação em nível superior vinha sendo reiterada, tanto através de programas específicos como pelo acesso via sistema de cotas. Elaborada e apresentada sob o título de “Programa Integrado de Licenciatura para Professores Indígenas da Amazônia Sul - Ocidental”, a proposta foi organizada em julho de 2005, contando com a parceria da Secretaria de Educação do Acre e do Grupo Técnico Interinstitucional – GTI, constituído para essa finalidade.

A construção do documento deu-se através da cooperação entre instituições oficiais, entidades não governamentais, professores de diferentes áreas da UFAC e representantes de entidades indígenas. O projeto proposto pela UFAC expressava sua origem e propósito:

resultado do trabalho conjunto da UFAC com o Movimento dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas, e Noroeste de Rondônia, construído através de um processo de debates conjuntos, derivados de iniciativas históricas no campo da pesquisa e da extensão. [...] Esta iniciativa no campo da educação superior indígena reitera as expectativas de uma ação conjunta que deverá desembocar na promoção efetiva dos povos indígenas da região. O programa visa a formação de professores para o ensino fundamental e médio, que desde longa data vem atuando junto às escolas indígenas, mas em virtude da precariedade e omissão da assistência oficial até hoje não tiveram acesso à formação em nível superior. Obedecerá a uma organização diferenciada, levando em consideração as particularidades espaço-temporais própria dos povos indígenas. Será enfatizada e valorizada a experiência sócio profissional dos educandos, conjuntamente com a aprendizagem acadêmica. Assim a formação será organizada em dois momentos: na UFAC, através de períodos de ensino presencial e no âmbito das aldeias, através de atividades e práticas acadêmicas e socioculturais



semi-intensivas. O curso terá a duração de cinco anos constituindo-se de 10 etapas presenciais e 09 etapas semipresenciais (UFAC, 2005, p. 7).

Muitas foram as divergências e os desalinhamentos dessa proposta em relação às demandas indígenas, caracterizando assim um movimento dialético. Um militante do movimento indígena (entrevistado) e mais tarde acadêmico do curso, que pediu para não ser identificado, diante da aprovação do PPC do curso, teceu críticas contundentes, apontando as dificuldades dos alunos, mas também dos professores e coordenadores em implementar a proposta. Por outro lado, esse sujeito do movimento indígena afirmou que havia espaço para negociações e que a proposta inicial podia ser aperfeiçoada:

Podemos considerar que a atual proposta precisa ser remodelada ao longo do tempo, na medida em que o curso vai acontecendo para que de fato atinja os interesses das comunidades. Como acadêmico acredito que isso vem ocorrendo, é tanto que aos poucos vamos remodelando nas ocasiões dos “Encontros com os Conhecimentos”, pois ainda se mostra inadequada a realidade, sobretudo, em relação aos conteúdos, para nós fracos e a questão que tanto discutíamos: a dificuldade com a língua e outros conteúdos que não denominamos bem. Os próprios consultores e professores que vêm contribuir com as aulas ficam perdidos com as disciplinas, e essa questão do calendário inadequado a realidade, o deslocamento dos alunos. No segundo semestre a minha comunidade se desestruturou e fomos obrigados a colocar pessoas que não tinham nenhuma experiência para ficar na comunidade dando aula. É claro que não estamos deixando nossos alunos sozinhos. Ficamos sessenta dias fora. No final do ano de 2009, obedecendo alguns critérios estabelecidos pela parceria com os municípios e estado, participamos da fase presencial daquele semestre e quando retornamos para as aldeias estava tudo desorganizado, totalmente fora do padrão, porque antes fazíamos o curso na época das férias e depois outra complementação no mês combinado do calendário. Foi proposta uma mudança em reunião de colegiado do curso, sendo promovidas algumas mudanças, pois agora, a aula vai começar em março em vez de começar no meio do ano, no mês das aulas. A nossa proposta é que começasse em fevereiro e março, em abril já é época de plantio, então o professor tem que fazer orientações para os alunos e a comunidade. Posso dizer que para criar uma escola diferenciada, ou um curso universitário indígena, há necessidade de muita discussão e que essa envolva toda a comunidade. Nós temos uma noção do que é uma escola indígena e certamente do que seja um curso superior indígena, portanto, facilidade de implantá-la se tivermos o apoio da comunidade e de outras instituições.³

As palavras evidenciam e confirmam o desafio com que se defrontam os cursos de licenciatura para professores indígenas, ou seja, oportunizar o acesso ao conhecimento com qualidade, que inclua não só a pedagogia e a especialização nas diversas áreas de saberes, mas

³ Entrevista realizada com militante do movimento indígena e acadêmico A, aluno do Curso Licenciatura Indígena, concedida em 30/08/13.

que também prepare esses professores para atuar na gestão escolar construindo projetos pedagógicos consequentes, concebendo materiais didáticos contextualizados, contribuindo com o tratamento adequado da língua materna, com o fortalecimento da identidade e da cidadania, respeitando a diversidade cultural.

Parafraseando o Projeto Político Pedagógico – PPP (2008), a fundamentação conceitual da proposta defendeu a educação intercultural, diferenciada e bilíngue que respeite as peculiaridades de cada etnia e promova a integração entre os diferentes grupos, índios e não índios. Que, ao longo do curso, o indígena fosse formado para trabalhar na educação escolar de sua aldeia, onde poderia incentivar a manutenção da língua materna com maiores condições para respeitar os processos próprios de aprendizagem. Igualmente, pretendeu a garantia da valorização da cultura tradicional, por meio da construção de um currículo baseado na interlocução entre os saberes científicos e as necessidades das comunidades indígenas em sua paisagem própria. A fim de utilizar esses conhecimentos de maneira a beneficiar a comunidade em sua terra, o PPP propunha que a formação do professor deveria se pautar pela a reflexão e investigação sobre as questões de interesse da escola e das aldeias.

O Curso de Formação Docente para Indígenas apresentava como perfil norteador, a formação de um profissional para desempenhar funções docentes nas escolas indígenas de acordo com as expectativas formuladas pelas próprias comunidades, em combinação com a legislação vigente. Sua prática deveria estar ligada aos projetos sociais voltados para sua comunidade. Exemplo da consciência dessa relação necessária é expressa por um acadêmico da primeira turma do curso:

Devemos ampliar nosso conhecimento para que tenhamos mais facilidade de entender o que é nosso e o que é da sociedade (envolvente), obter o conhecimento político para saber trabalhar com as organizações de cada comunidade e assim adquirir maior respeito da sociedade. Para isso temos que continuar estudando, evoluindo os nossos conhecimentos e assim repassá-los às nossas comunidades para que conheçam sua realidade e seus direitos.⁴

Percebe-se o quanto é necessário que a formação esteja voltada para os interesses comunitários de forma que os próprios professores indígenas entendam que a educação deve

⁴ Entrevista realizada com o aluno B, acadêmico do Curso de Licenciatura Indígena, concedida em 11/08/19.



ser diferenciada e de acordo com a especificidade de cada povo. Oliveira (2004), apoiada em Boaventura de Sousa Santos, aponta para uma direção que fortalece o desafio de ligar os saberes em rede para torná-los sustentáveis enquanto possibilidades de ampliação do real a ser estudado, na medida em que, tornando os saberes mais visíveis e interligados, se possa idealizar o currículo a partir de novas experiências, ou seja, da própria realidade do povo. É sob essa perspectiva que se apresenta o currículo do curso superior indígena.

Entretanto, torna-se necessária a vigilância e o cuidado constante para que não se reduza apenas a uma lista de conteúdos a serem ministrados de forma hierárquica a um determinado número de sujeitos, mas que se torne a criação cotidiana daqueles que o protagonizam transformando-o numa prática que envolva os saberes e processos interativos. Estava previsto no PPP (2008) uma carga horária total de 3.765 horas/aula, com tempo mínimo de quatro e máximo de oito anos.

O Curso de Formação Docente para Indígenas se desenvolveu, portanto, em suas diversas fases ao longo do ano letivo, distribuídas de forma flexível no calendário acadêmico. A logística relacionada à infraestrutura para permanência dos indígenas na cidade de Cruzeiro do Sul durante a fase presencial sempre foi de fundamental importância para o sucesso dos acadêmicos, já que eles ficam neste período afastados de suas vidas nas aldeias, experimentando um sistema diferenciado de organização social, econômica e cultural.

Para custear a formação, a UFAC se propôs a buscar parcerias para viabilizar as condições mínimas, necessárias à recepção dos alunos, condição raramente assumida por órgãos e instituições que, pelo menos teoricamente, deveriam ser parceiras no processo de formação indígena, ocasionando dificuldades na medida em que todo o financiamento das despesas praticamente era e é feito com recursos do Prolind⁵. Aí se inclui o pagamento de despesas com viagens, hospedagem, alimentação e outros serviços necessários.

Sob a responsabilidade da UFAC sempre esteve a oferta de espaço físico para as aulas e a formação, esta última, oferecida atualmente por um grupo de seis professores vinculados diretamente ao curso e outros pertencentes aos demais cursos, distribuídos nas três áreas de

⁵ Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, cujo objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas.



formação: Linguagens e Artes, Ciências da Natureza e Humanidades que são complementadas por uma área transversal comum na formação de todos, as Ciências da Educação. É possível perceber que a abordagem interdisciplinar busca escapar ao isolamento de conteúdos e conhecimentos estruturados segundo as tradições ou normas estabelecidas nas disciplinas da ciência hegemônica e procura construir – uma perspectiva aproximada à singularidade da condição, pressupostos e situação histórica indígena. Além disso, há muito esforço e dedicação de cada acadêmico que representa não somente a si, mas a história de luta e os ideais históricos de vários povos da região.

No segundo semestre de 2008, a primeira turma inicia-se com 29 alunos representantes de 10 povos do estado do Acre (Kaxinawá, Ashaninka, Puyanawa, Nukini, Shawãdawa, Katukina, Yawanawá, Shanenanawa, Manchineri e Jaminawa) e 01 do estado do Amazonas (Marubo). No primeiro semestre de 2009, a segunda turma inicia-se com trinta e sete alunos. Em 2014, cinquenta e um discentes da primeira turma concluíram a formação tendo sido apresentados quarenta e cinco trabalhos de conclusão de curso nas diferentes áreas de formação (BRASIL, 2015).

Após a formatura das duas turmas, em 17 de janeiro de 2014, iniciou-se a revisão/reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso pelo Núcleo Docente Estruturante. Ressaltamos que o processo de revisão do PPC teve suas primeiras reflexões feitas ao longo da primeira edição do curso, durante a realização dos seminários denominados “Encontro com os conhecimentos”, ocorridos nos anos de 2009 e 2010. Os Seminários, que tiveram como objetivo analisar e propor mudanças ao Projeto Pedagógico, contaram também com a participação de especialistas de notório saber, organizações e lideranças indígenas.

A experiência com a primeira turma do curso permitiu-nos apontar alguns desafios. A distribuição geográfica dos alunos (comunidades nas quais residiam) gerou uma situação muito problemática, o difícil deslocamento dos estudantes das aldeias até Cruzeiro do Sul. Muitos habitavam nos lugares mais longínquos do estado e até na parte sul - ocidental do estado do Amazonas. Alguns acadêmicos levavam entre oito e onze dias de viagem, sendo que muitas vezes não chegavam a tempo de acompanhar o início das aulas. Esse foi um dos motivos apontados por eles como causa de algumas desistências.



3. A segunda edição do curso superior indígena

A proposta de reformulação do PPC indígena trouxe mudanças resultantes de um processo coletivo de experiências com a primeira turma, passando a ser denominado Curso de Licenciatura Indígena e com o escopo de ser uma iniciativa que atenda à perspectiva da inclusão social, no contexto da efetivação de novas políticas públicas. Entendendo por novas políticas públicas aquelas que tanto consideram a alteridade, como têm o poder de transformar a realidade. Em outras palavras, que respeitem profundamente a diversidade sócio-político-cultural dos povos coerentemente com a prerrogativa constitucional do direito à diferença e do direito à cidadania plural.

No ano de 2016, o Curso de Licenciatura Indígena passou por um processo de avaliação, sendo inserido no grupo de cursos avaliados pelo *Sinaes* – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pelo MEC em abril de 2004. Dois profissionais definidos pelo MEC durante alguns dias realizaram a inspeção junto ao curso, portanto, avaliação *in lócus*, típica para essa modalidade educacional específica. Como resultado desse processo o curso alcançou nota cinco, um conceito excelente, evidenciando que, apesar das dificuldades, a experiência em curso representava o esforço e um espaço em que se buscava criar um ambiente de produção, aprendizado e troca de conhecimentos que propiciava o enriquecimento tanto dos indígenas quanto da universidade. Essa avaliação positiva representou estímulo nas pesquisas, na prática pedagógica e em outras atividades desenvolvidas durante o curso, de modo a possibilitar a atuação dos docentes egressos no processo educacional de seus povos em todo ensino fundamental e médio (UFAC, 2015).

Entre os principais objetivos atuais do curso estão as seguintes propostas: criar ambiente crítico em relação às práticas de escolarização para indígenas; incentivar os modos próprios de aprendizagem e pesquisa indígena; elaborar materiais diferenciados, relacionados às realidades locais; colocar em relação a ciência ocidental e os saberes tradicionais, produzindo conhecimentos interculturais; valorizar as línguas maternas; articular o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa/docente (UFAC, 2015).



Deste modo, o Curso de Licenciatura Indígena tem o seu amparo legal na Resolução UFAC/CONSU nº 5 de 15 de abril de 2008, conferindo o título acadêmico de Licenciado em Educação Escolar Indígena com Habilitação em Linguagens e Artes ou Humanidades ou Ciências. Funciona com a modalidade de ensino modular semestral, com uma carga horária de 3.245 horas/aulas, com tempo mínimo e máximo de integralização de 4 e 7 anos respectivamente (UFAC, 2015).

Em 2017, ocorreu o processo de seleção de uma nova turma, ingressando cinquenta acadêmicos, divididos em dois grupos. O processo seletivo classificou todos os aprovados e convocou o quantitativo dos cinquenta primeiros para inscrição no curso. Para que os docentes do curso pudessem desenvolver efetivamente suas atividades de formação considerando as especificidades relativas às diferentes culturas e línguas, bem como o ritmo próprio de compreensão e expressão dos acadêmicos em sala, fez-se necessário que o curso funcionasse com duas turmas, tendo cada uma vinte e cinco acadêmicos. Essa divisão justifica-se ainda pela necessidade de considerar os diferentes tempos de ensino-aprendizagem para que os diálogos e construções necessárias entre os saberes próprios ou tradicionais e o conhecimento científico aconteçam.

Atualmente, os acadêmicos se encontram matriculados no sétimo módulo/período, no entanto, ainda não desenvolveram as atividades curriculares dessa etapa. Havia uma previsão para conclusão do curso neste ano de 2020, e de imediato assumiriam efetivamente as salas de aulas de aldeias em diferentes Terras Indígenas do Acre. Todavia, por conta da pandemia que assola o mundo, foram tomadas decisões colegiadas e administrativas determinando que os acadêmicos indígenas permanecessem em suas comunidades, até que se tenha alguma alternativa segura para prosseguimento do curso, ou até que a situação da contaminação pelo novo coronavírus esteja realmente controlada. Vale destacar a inserção do atual grupo em diversas atividades acadêmicas do *Campus Floresta*, sua participação em eventos como ouvintes e como apresentadores de trabalhos diversos, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID. Neste momento todo o grupo já se encaminha no sentido de organizar seu Trabalho de Conclusão de Curso, como fruto das atividades desenvolvidas ao longo da formação e em



consonância com a realidade de cada comunidade, gerando uma produção significativa para cada aldeia e seus membros.

Por outro lado, embora haja um trabalho desenvolvido pela instituição no sentido de garantir o funcionamento adequado do curso, há questões que precisam ser superadas a fim de que se alcance uma formação com excelência. Embora haja uma iniciativa de execução/funcionamento do curso, poucos são os avanços verificados e persistem os desafios de fundo, relacionados à aceitação e conhecimento efetivo e devido do que representa um curso superior indígena com suas peculiaridades. Isso significa que nem sempre as instâncias internas da instituição têm o entendimento necessário e nem têm mostrado sensibilidade para essa questão, persistindo os preconceitos e um quase insuperável conjunto de equívocos historicamente sedimentados na administração pública.

De acordo com Lopes da Silva (2001, p. 104) apesar de se reconhecer os avanços legais, é possível destacar o abismo “que costuma haver entre a letra da lei e a prática política e administrativa do país”, chamando a atenção para a persistência da defasagem entre os textos legais e as práticas educativas, nas quais segue a “certeza do saber hegemônico” (2001, p. 119).

Nas próximas linhas estão registrados alguns questionamentos e impressões de docentes vinculados ao Curso de Licenciatura Indígena - CLI do Acre. Apresentamos as questões que nortearam as entrevistas com os docentes do curso: O que representa um curso de Licenciatura Indígena nesta parte da Amazônia? Quais as contribuições que o CLI pode trazer para os acadêmicos Indígenas e para a comunidade acadêmica como um todo? Há diferença em ministrar aulas para Indígenas e os acadêmicos dos cursos regulares (as metodologias são as mesmas)? Explique. O CLI está consolidado? Quais as dificuldades e desafios que se apresentam para a consolidação desse curso na Universidade Federal do Acre? Pode falar de fatores interno e externos. O corpo docente é suficiente e está preparado para atender as demandas do curso? Que proposições /ações a UFAC poderia fazer para garantir a permanência e continuidade de novas turmas do CLI?

A partir dos questionamentos acima passamos a apresentar o entendimento dado pelos docentes do curso, incluindo profissionais que estão desde o início da criação do curso até aqueles que entraram recentemente para atuarem na formação indígena. As falas desses

docentes figuram nessa produção, nomeadas por letras do alfabeto a fim de manter a sua identidade preservada e não criar nenhum tipo de constrangimento após a publicação desse material. Entre as respostas dos docentes em relação à presença do curso nessa região e à contribuição para os acadêmicos e para a própria instituição, uma das falas mais completas e que contemplou as demais ficou assim posta:

Eu diria a você que a existência desse curso ela se faz absolutamente necessária numa região em que a presença da universidade pública é exclusiva ela é única no sentido de ser uma instituição que atende a esses povos, então não poderia jamais deixar de haver essa licenciatura destinada a esses povos indígenas, nesta parte da Amazônia uma vez que também são brasileiros ne, uma vez que também são cidadãos e tem direito a formação também em nível superior. É um curso que pode contribuir diretamente para esses acadêmicos no sentido de qualificar cada um deles que frequenta, participa que faz esse período nesse processo de formação, de modo a também representar uma qualidade da educação nas escolas das diversas comunidades, das diversas aldeias dos quais nossos acadêmicos fazem parte e certamente que a comunidade ganha com isso, então ganha a universidade que recebe essa diversidade, recebe acadêmicos de várias etnias e ela cumpre portanto, a sua vocação dentro desse espaço geográfico brasileiro que é Amazônia onde tem essa presença forte de indígenas, ao mesmo tempo ganha os acadêmicos Indígenas que se qualifica, poderão ser professores, poderão ser coordenadores pedagógicos, coordenadores de ensino ou mesmo exercerem outras profissões com uma formação em nível superior. E por extensão ganha também a comunidade uma vez que são seus representantes, são seus filhos que estão qualificados para um processo de gerenciamento da própria unidade, é de pertencimento de cada um está presente, que é a própria aldeia a própria comunidade.⁶

A fala do docente deixa evidente a importância do curso nessa região do Brasil e como pode ser aos interesses desses povos. Em relação à metodologia empregada no curso foram unânimes em afirmar que se trata de um trabalho diferente com os acadêmicos indígenas. Escolhemos uma resposta que traduz muito bem esse destaque:

Tem, tem muita diferença, mas principalmente por causa das ementas e dos cursos, as disciplinas que compõe o curso do indígena, elas são diferente são diferenciadas, mas eu não posso falar pelas outras áreas mas não tem relação com a área atual que é ciências da natureza, eu vejo que tem uma série de problemas ali uma série de problemas que precisa ser corrigidos mas com um tempo a gente vai fazer, as aulas são diferentes por que é o público indígena ele chega, ele é muito heterogêneo ele chega não só em termo de etnia diferentes mas com histórias diferentes ai quando a gente vai para uma aldeia a gente ver cenários completamente oposto, por exemplo áreas, regiões onde as escolas são muito bem estruturadas com um corpo docente de

⁶ Entrevista realizada com o professor A do Curso de Licenciatura indígena, concedida em 20/05/2019.



bastante qualidade, e regiões onde as escolas são completamente carentes é contraposição, então o aluno que chega pra gente ele chega com uma heterogeneidade de conhecimento muito grande, de conhecimento acadêmico e da escola formal, também é diferente na questão da gente trabalhar a multiculturalidade isso dá pra gente fazer com mais liberdade, com muito mais ênfase para o público indígena do que dos alunos regulares da UFAC, agora em termo de resposta de capacidade de aprendizado, não há assim ao meu ver, muita diferença, a diferença é na aplicação dos próprios alunos, os indígenas no geral, são muito mais aplicados do que os alunos regulares e isso reflete muito por exemplo, em nota, mas em termo de capacidade e de aprendizagem de desempenho não tem muita diferença, apesar dos métodos serem um pouco diferentes de abordagem das disciplinas.⁷

Sobre as dificuldades e desafios enfrentados no curso a situação parece ser preocupante na medida em que todas as falas pontuaram questões, sobretudo da política interna da instituição em relação ao curso. Para demonstrar essa preocupação, a fala de outra docente dá o tom da situação:

Não, o Curso de Licenciatura Indígena não está consolidado de fato porque a instituição não tem interesse, se as instituições tivessem interesse que os cursos ficassem aqui, já estava constituído, já estava com milhões de grupos, milhões de coisas, não há interesse constitucional em o curso continuar aqui, se não houver um grupo de poder que trabalhe aqui dentro como não é o caso, não conseguiremos agora, isso ai não vai ser feito a menos que a gente tenha uma revolução no movimento social no Acre, não vai acontecer isso agora. Torná-lo um curso efetivo ele é considerado um curso efetivo da instituição, mas não é tratado, não tem entradas efetivas não tem dinheiro consolidado para este fim, não existe revista não existe publicação, não existe apoio científico, pra quem produz dentro do curso, pro grupo de apoio de grupo existe, ai você ver o textinho publicado etc., agora quando você não faz parte desse grupo político, você não consegue nada, e isto é a vez da regra institucional certo por que a gente tá numa república democrática deveria ser pra todos, mas não é, então o que acontece é que todas as necessidades institucionais do curso não são tratadas com a devida presteza, agilidade institucional, mesmo que tenha muitos resultados como nota cinco [...]. Infelizmente é assim, é por isso que o curso não bomba, não aparece.⁸

A respeito do corpo docente, em geral, as falas apontam a existência de um grupo eficiente, porém, insuficiente para atender às demandas, de modo específico em uma das habilitações: área de linguagens e artes. O depoimento abaixo traduz essa realidade:

Acho que o grupo está preparado, mesmo os professores como eu que cheguei sem conhecimento tão grande, sem trabalhar com os indígenas anteriormente. A gente faz um esforço e tá conseguindo se adequar, para ministrar as disciplinas da maneira mais favorável possível. No entanto temos uma carência na área de linguagens e artes, precisamos de um linguista. Já temos código de vagas para abrir o concurso para essa área. Tirando isso, o grupo é muito bom e oferece uma formação de qualidade, pois nossos acadêmicos costumam

⁷ Entrevista realizada com o professor B do Curso de Licenciatura indígena, concedida em 27/05/2019.

⁸ Entrevista realizada com a professora C do Curso de Licenciatura indígena, concedida em 20/05/19.

afirmar que atuam com mais qualidade nas escolas das comunidades.⁹

No caso da licenciatura indígena do Acre, entre os desafios está a necessidade da universidade empreender ações/proposições que tornem o curso consolidado de modo que permaneça atendendo as demandas reprimidas de alunos indígenas. Torna-se urgente a necessidade de abertura de processo seletivo para nova turma de acadêmicos, que de acordo com o PPC deveria ter ocorrido ainda no ano de 2019.

Considerações finais

As conversas e depoimentos levantados apontaram variados aspectos positivos no processo de formação, todavia, pesa sobre a formação uma série de dificuldades que exigem da administração superior da instituição um posicionamento pró-curso, no sentido de incluir na sua matriz orçamentária cada aluno indígena com o direito legal que tem ele e qualquer outro acadêmico não indígena. Em 2019, no primeiro semestre uma nova turma deveria ter ingressado na universidade, porém, apesar da crise pela qual tem passado as universidades brasileiras por conta dos cortes do governo federal, ficamos nos perguntando até quando precisaremos esperar para que o curso realmente se consolide como um curso verdadeiramente *ufaquiano*.

Compreender o que é e o que representa o Curso de Licenciatura Indígena e preocupar-se com ele, estabelecendo planejamento e organização, certamente nos daria a garantia de que continuará sendo avaliado positivamente, como aconteceu na última avaliação *in lócus*. Quanto aos docentes do curso, se percebe um engajamento nas diversas áreas do conhecimento junto aos cinco povos existentes na atual turma em formação. Porém, somos levados a compreender que institucionalmente parece ter sido esquecido que nas propostas de ensino superior estão em jogo projetos de futuros de povos e não só de indivíduos, pois cada acadêmico representa uma perspectiva própria de sua etnia. Por esse viés, a educação superior indígena pode contribuir, significativamente, para criar melhores condições de sustentabilidade e autonomia dos grupos presentes no curso (SILVA; GRUPIONI, 2004).

⁹ Entrevista realizada com a professora D do Curso de Licenciatura indígena, concedida em 15/05/19.



Por fim, reforçamos o entendimento de que a instituição precisa abraçar efetivamente o curso. O Curso de Licenciatura Indígena institucionalmente deve constituir um espaço institucional para falar, ser ouvido e respeitado no atendimento às demandas dos povos indígenas da região.



Referências

ACRE. **Caminhos da Educação Indígena no Acre**: relatórios I e II. Secretaria de Estado de Educação/Centro de Formação dos Povos da Floresta. Rio Branco: 2002.

ACRE. **Diagnóstico, Diretrizes e Metas da Educação Escolar Indígena no Acre**. Secretaria de Estado de Educação/Coordenação de Educação Escolar Indígena. nov. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece o **Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**: MEC-SEF e Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1998.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. **Festejando 22 anos de história**. Rio Branco: jun. 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo. Editora Cortez e Moraes: 1979.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Educação para a tolerância e povos indígenas no Brasil**. In: GRUPIONI, Luís Donizete, VIDAL, Lux e FISCHMANN, Roseli (org). Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp, 2001.

OLIVEIRA. Inês Barbosa de (org.). **Alternativas Emancipatórias em Currículo - Série Cultura, Memória e Currículo**. São Paulo: Cortez, 2004.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. **Projeto de Formação Universitária para Educadores Indígenas**. UFAC, 2004.

SEMERARO, Giovanni. **Libertação e Hegemonia**: realizar a América Latina pelos movimentos populares. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4. ed. São Paulo: Global, 2004.

SILVA, José Alessandro Cândido. **Docência Indígena no Extremo Oeste Brasileiro**: uma experiência em andamento. Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul – Santa Catarina, v. 01, nº especial, p. 76-103, jan/jun 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Programa Integrado de Licenciaturas para Professores Indígenas da Amazônia Sul – Ocidental**. Brasília, 19 de abril de 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação para Docentes Indígenas**. UFAC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura Indígena**. UFAC, 2015.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 29 de setembro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 04 de dezembro de 2020.